

ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Ofício n. 0577/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que informa e justifica ao presidente da Assembleia Legislativa, por motivo de viagem internacional e atendendo às normas regimentais, a sua ausência nas sessões ordinárias, reuniões de comissões e demais atividades parlamentares nesta Casa Legislativa, no período de sete a 17 de dezembro do corrente ano, bem como solicita que seja dado conhecimento às comissões e demais setores necessários.

A viagem ocorre com despesas próprias e a convite da Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU -, para acompanhar a organização dos Jogos Mundiais Universitários de Inverno 2013, em Trento - Itália. Saliento que

esta participação é desdobramento da missão oficial realizada à Bélgica a convite da CBDU e com intuito de construir possibilidades para a realização de grandes eventos em Santa Catarina."

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham neste plenário, vereadores e vereadoras que estão nesta Casa, durante esses dias de encontro quero desejar que tenham uma boa estada, um bom debate e um bom estudo.

Quero, no início desta manhã, dizer que estamos nos deslocando para Ituporanga, onde a nossa comissão de Agricultura e Política Rural realizará uma audiência pública sobre a questão da produção da cebola em nosso estado naquela região. E há poucos dias estivemos em Alfredo Wagner discutindo a legislação e a fiscalização do Ministério do Trabalho sobre a produção e os agricultores, especialmente os agricultores familiares.

Lá debateremos a problemática do preço, pois os agricultores estão preocupados com a safra, que é boa, que no seu início o preço está abaixo ainda do custo de produção, mas ele já reagiu. Nós temos outros problemas a serem debatidos, deputado Moacir Sopelsa, nosso presidente da comissão da Agricultura e Política Rural, mas queremos agradecer o apoio para realizar tal audiência.

Nós queremos aperfeiçoar cada vez mais a produção e temos dois grandes limites estruturais que levantaremos e debateremos na referida audiência. Primeiramente, é a questão da energia elétrica para irrigação, pois muitos agricultores estão encaminhando a irrigação para garantir uma boa produção e a estrutura energética não está dando conta, os agricultores precisam de trifásico para a agricultura e fazer grandes investimentos, mas não possuem recursos para isso.

Em segundo lugar, é a questão da armazenagem da cebola. A cebola é um produto que tem uma vida muito curta e precisa de armazém adequado para ser armazenada e ficar mais tempo para chegar até aos consumidores e ser comercializada. Então, outros temas estarão em debate.

Espero que tenhamos uma boa audiência pública no dia de hoje, para darmos bons encaminhamentos. E que esta Casa possa contribuir, como tem contribuído em tantos outros temas que falei ontem aqui, e pressionar junto à secretaria da Agricultura, junto à Cidasc, junto ao estado para o pagamento das indenizações dos animais que estão sendo sacrificadas pelo estado com problemas de sanidade.

Este Parlamento tem o papel de ser interlocutor do governo do estado e do governo federal e ajudar pessoas que não têm a oportunidade de estar aqui assomando à tribuna ou estar nesta Casa para fazer reivindicações. O nosso papel como parlamentar é justamente ouvir e fazer essa interlocução.

Por isso estamos indo ao município de Ituporanga para fazer mais um debate sobre a qualidade de vida, a qualidade de renda, a vida dos nossos agricultores e a produção de alimentos do nosso estado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que protocolou o requerimento dessa audiência pública no município de Ituporanga, para tratarmos a questão da cebola.

Apenas quero cumprimentá-lo. Sei que v.exa. é um profundo defensor de toda a agricultura e da necessidade da realização dessa audiência pública e da importância que ela tem para discutirmos essa questão. V.Exa. levantou a questão do preço e a questão do ICM da energia elétrica.

Enfim, hoje a produção de cebola alcança 40.000 kg, 40 toneladas por hectare e é uma atividade importantíssima para o estado.

V.Exa. conduzirá a audiência pública, pois terei compromissos no município de Xaxim, mas sei

que a comissão de Agricultura estará em ótimas mãos, trazendo esperanças para o nosso produtor de cebola.

Parabéns, deputado Dirceu Dresch. Sei que será uma grande audiência pública.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Agradeço o empenho da equipe de colaboradores da comissão de Agricultura para a realização dessa audiência pública no alto vale do Itajaí.

Quero também trazer hoje outro tema já muitas vezes tratado nesta Casa, que é o tema relacionado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente ao Ministério Público.

Todos nós já acompanhamos, deputado Sargento Amauri Soares, a auditoria feita pelo Tribunal de Contas, internamente no Ministério Público, e agora no mês de julho foi aprovada essa auditoria pelo Tribunal de Contas e foram comprovadas 15 irregularidades na gestão do Ministério do Público. Entre setembro de 2006 e agosto de 2011 foram comprovadas as irregularidades de gratificações ilegais, de salários acima do teto permitido por lei, como também foi constatado que o então procurador-geral do órgão concedeu a si próprio o direito de receber de uma só vez R\$ 930 mil referentes a uma verba indenizatória sem que houvesse autorização legal para esse ato.

Finalmente ontem, deputado Silvio Dreveck, depois de longa discussão, fizemos uma ação judicial para termos acesso a essas informações, mas perdemos no Tribunal de Justiça esse direito de acesso, sendo que depois de muitas intervenções recebemos a documentação.

Estamos acompanhando, vamos checar se veio de fato toda a documentação, a expectativa é de que sim, vamos analisar, nos próximos dias, essa documentação, e vamos discutir os encaminhamentos a serem dados. Talvez possamos ir até o Conselho Nacional de Justiça para discutir os encaminhamentos que faremos, porque o próprio Tribunal de Contas aprovou a auditoria depois de constatar irregularidades, mas não tomou providências como a devolução dos recursos por

parte dos membros do Ministério Público do Tribunal de Contas de nosso estado.

É um tema que iremos tratar, com certeza, com bastante cuidado, porque é dinheiro dos catarinenses, é dinheiro público, e como já foi comentado pelo deputado Jailson Lima, temos também outro problema no Ministério Público de Santa Catarina, a mesma situação de salários acima do teto e de remunerações ilegais que as pessoas recebem. Não é possível que o nosso estado conviva com esse tipo de coisas.

Então iremos tratar nas próximas sessões desta Casa as ações da Assembleia Legislativa com relação a este assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham nesta sessão no dia hoje ou pela Rádio Alesc Digital, quero lamentar e comunicar o fato de não poder estar presente na audiência pública em Ituporanga, no começo da tarde de hoje, devido a um compromisso previamente já marcado em Imbuia, inclusive porque sou natural e morei lá até a maioridade, cidade essa vizinha à cidade de Ituporanga. Tenho diversos amigos que plantam cebola naquele município e eu gostaria de estar presente para revê-los e conversar sobre as dificuldades deste ano, que são diferentes das dificuldades do ano passado. E se possivelmente também estivesse presente lá não poderia dizer coisas para agradar muito, especialmente os imbuenses que plantam cebola ou o conjunto deles.

Ano passado tivemos uma safra muito ruim em virtude da seca do mês de novembro, que é quando a cebola está crescendo, fazendo com que o preço do produto subisse muito, pois a cebola ficou em mais de R\$ 1,00 o quilo, que é um preço que dá para ganhar um dinheiro razoável para quem planta alguns hectares. Então, este ano todo mundo

resolveu plantar cebola e o preço ficou lá embaixo. Aliás, essa história se repete há 30 anos, ou seja, em um ano o preço é bom e no outro não. Quer dizer, a cada 3, 4, 5 anos dá dinheiro por um ano e nos outros não. Esta é a realidade da produção de cebola.

A meu juízo, o governo precisaria estabelecer a definição de um preço mínimo para os agricultores para que tivessem uma segurança. É uma cultura também muito intensa, que gasta bastante o solo, deixando-o passível de erosões. Há também o uso intenso de defensivos, de veneno. Em Ituporanga, em Alfredo Wagner, que são vales e têm mais água, mais rios, a irrigação é possível, mas para o chapadão de Imbuia, em 20 ou 30 anos não teremos mais água para o consumo humano, inclusive pela intensidade com que explora o solo e vai entupindo as nascentes de água.

De qualquer forma, precisamos discutir isso, porque há outros elementos na questão do preço, pois é comum que os próprios compradores de cebola do alto Vale passem a buscar o produto na Argentina, na fronteira, em Dionísio Cerqueira, onde há escritórios de pessoas muito famosas no alto Vale para puxar a cebola da Argentina para o Brasil. E aí vão às rádios de Ituporanga lamentar que o preço está baixo. Então, há todas essas questões que envolvem esse debate.

Quero parabenizar v.exa e pedir que mande um fraterno abraço a todos os agricultores e produtores de cebola do alto vale do Itajaí.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Eu ia justamente falar sobre esse assunto, pois sabemos dos compromissos que cada um de nós tem na nossa caminhada política e junto com os agricultores.

A atividade agrícola está sempre cercada de altos e baixos e precisamos enfrentar essa discussão. Criamos políticas para a garantia de preços mínimos para pagamento de financiamento e, além disso, também já há uma parte do preço

garantido. Quer dizer, estamos avançando, mas debates como esse que vamos fazer hoje com certeza vão contribuir para aperfeiçoar e melhorar essa ação.

Com relação à irrigação, concordo com v.exa., mas é um tema que precisamos discutir mais neste Parlamento. Se todos começarem a fazer irrigação, logo não teremos mais água para o ser humano nem para os animais. Então, precisamos criar uma legislação segura para resolver isso e aproveitarmos o terreno de forma sustentável.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES -
Agradeço o aparte de v.exa.

Como disse o deputado Moacir Sopelsa, v.exa. é um dos principais apoiadores da agricultura familiar e conhece bem o assunto. Na minha fala não vai nenhuma crítica, mas é uma situação que os agricultores acabam fazendo porque são levados ao imediatismo, e na pressa de cada safra se superar acabam, para sobreviver, contribuindo para de repente prejudicar o bem estar da sociedade e a viabilidade da própria produção uma década pela frente. Então, é uma reflexão que precisamos fazer.

Mas quero ainda voltar ao debate que tenho feito de vez em quando, nos últimos meses, deputado Jailson Lima, dando uma beliscadinha desta tribuna a outro assunto que tem a ver com este último. O deputado Dirceu Dresch fez referência aqui sobre um cidadão, uma autoridade que recebeu quase R\$ 1 milhão numa única oportunidade. E o incrível é que nós, os chamados políticos, que exercemos as funções eletivas, é que recebemos a culpa, sendo responsabilizados pela sociedade.

E mais lamentável ainda é que a sociedade tem razão, porque tudo que acontece é aprovado nesta Casa; tudo que tem acontecido aqui ou acolá passou por esta Casa de uma forma ou de outra um dia e continua passando.

Nós vamos aprovar nesta Casa, na semana que vem, a PEC n. 06, de origem do Executivo, que aumenta o salário de alguns milhares de servidores

muito bem posicionados nas estruturas de poder e nas instituições em cerca de R\$ 12 mil, R\$ 14 mil numa única votação da Assembleia Legislativa. A maioria desses servidores ninguém sabe quem são e qual a função social que eles exercem.

O teto salarial de Santa Catarina será 90,25% do salário do Supremo Tribunal Federal, dos supremos ministros deste ano. Com a história do mensalão, alguns setores adoraram tanto que passaram a usar o termo supremos ministros que, aliás, também pegam o avião da FAB para ver jogo de futebol de supremos que são.

Então, essas questões carecem de reflexão pela sociedade porque nós, ao invés de buscarmos aproximar de um estado republicano que pelos menos pretenda efetivamente representar os interesses da sociedade que chamamos de democracia representativa, na minha avaliação, continuamos nos afastando.

Está mais presente na política de hoje, parece que a cada dia está mais presente o conceito do patrimonialismo colonial, deputado Jailson Lima. A política é transformada numa troca de favor que inclusive desencoraja da participação nela. Nas campanhas é muito comum dizerem isso: "Me ajude agora que eu te ajudo depois". Uma expressão aparentemente inocente, mas cheia das piores intenções, infelizmente.

É preciso efetivamente de uma reforma política, embora a minha avaliação seja de que a reforma política por si só não vai resolver a essência do problema, porque a essência do problema está na forma de organização da sociedade. E as classes que dominam economicamente acabam dominando também nos projetos, nos conceitos ou nas políticas que são realizadas.

Mas se nós pensarmos numa sociedade que tem eleição a cada dois anos, que o preço monetário das eleições é cada vez maior e que existe uma sociedade que tem uma cultura patrimonialista, paternalista, clientelista, compadrista, podemos imaginar que a representação e a soberania popular, aquilo que a Constituição se refere, a decisão do estado como vontade da soberania

popular, como vontade do povo está cada vez mais afastada da realidade.

E as manifestações do mês de junho último são de desânimo e de descrença geral da população com relação aos políticos, aos partidos e às instituições, porque é preciso ser dito que é uma crise de credibilidade das instituições, em geral de todos os poderes, apesar de que se busca olhar apenas para aqueles que exercem cargo eletivo e não para outros setores e para outros espaços dessa sociedade.

Quando a sociedade, quando a população enfurecida vai às ruas e os Poderes têm que fechar as suas portas e encerrar o expediente mais cedo, isso indica que alguma coisa, alguma mudança profunda precisa ser realizada na política brasileira e no modo de ser das instituições públicas em geral.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, demais catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria de fazer, nesta manhã, um registro sobre um tema que temos falado com muita frequência na Assembleia Legislativa, que é a educação, a educação superior e a Universidade Federal da Fronteira Sul.

A Universidade Federal da Fronteira Sul é uma universidade diferente da maioria. Ela nasceu a partir da luta social, da base, da movimentação de organizações sociais, de lideranças comunitárias e de lideranças políticas do Rio Grande do Sul, Paraná e do nosso grande oeste de Santa Catarina. Esse movimento criou uma universidade a partir, portanto, da base da discussão social e popular. Essa universidade, que é um orgulho, hoje, para nós, tem a sua reitoria em Chapecó, em Santa Catarina e já tem demonstrado resultados extremamente positivos de avaliação, de qualidade de ensino e também de inclusão de alunos que

certamente não estariam incluídos se não fosse essa universidade do ensino superior.

Ontem mesmo lembrava-me o professor Antônio, a quem vou me referir mais adiante, que em uma das turmas de 50 alunos que ele estava analisando apenas dois ou três alunos, se não me falha a memória, tinham pais que haviam frequentado o ensino superior.

Então, isso mostra o tamanho da inclusão dessa universidade.

Dito isto, quero também fazer um registro importante. No dia de hoje, na capital do estado, temos a presença de um grupo de trabalho da Universidade Federal da Fronteira Sul, especialmente de técnicos e também de técnicos indicados pela prefeitura de Concórdia, que está elaborando o projeto do *campus* de Concórdia e dos cursos.

Esse projeto do *campus* é para ser um núcleo de engenharias e esse grupo de trabalho, nomeado pelo reitor, professor Jaime Giolo, é presidido pelo professor Antônio de Campos e tem diversos membros. Estão aqui presentes hoje na capital o professor Ernesto Quast, que é engenheiro e faz parte desse grupo de trabalho; a sra. Lupércia Daiane Colosse, que também faz parte desse grupo técnico. E da prefeitura de Concórdia, indicados para esse grupo técnico, estão presentes também a a Marilu Matiello, a Elisete Maria Pedott e a Márcia Farinella Soares de Campos.

Eles estão na capital para daqui a pouco participarem de uma reunião na universidade, onde passarão toda a tarde. Mas passaram antes pela Assembleia Legislativa, onde tivemos uma conversa. Sejam todos bem-vindos!

Quero dizer, principalmente, que esse grupo está fazendo um trabalho extraordinário de elaboração, num curto prazo de tempo, de um projeto de *campus*. A luta para ter um *campus* da universidade em Concórdia tem a mesma idade do tempo da luta pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Concórdia e região participaram ativamente do movimento pela criação dessa universidade e quando foi criada não parou a sua

participação efetiva, continuou, e agora está na luta para que haja esse *campus*.

Então, eu queria fazer o registro da presença deste grupo na capital que visita, principalmente, as áreas de engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina, para também conhecer melhor o funcionamento e para ter mais subsídios para a elaboração desses projetos.

Desejo que esse trabalho continue sendo feito dessa forma competente como está sendo feito. E a região está mobilizada, porque além do grupo técnico de trabalho há uma comissão de implantação também nomeada pela reitoria, com cerca de 50 lideranças. Além disso, no campo das organizações, há o chamado Movimento Pró-Implantação do Campus da UFFS em Concórdia. Um movimento que, como eu disse, já vem desde o tempo da criação da Universidade da Fronteira. Nós temos a satisfação de coordenar esse movimento com lideranças comunitárias, sociais, populares, sindicais e políticas.

Há uma grande unanimidade nessa região da Amauc, do meio-oeste, onde há representantes também da comissão pela importância e necessidade da criação do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul em Concórdia.

Eu queria fazer estes registros nesta manhã e desejar que o grupo possa então concluir de forma tranquila o seu trabalho. E que o ministério da Educação possa disponibilizar os códigos de vagas para a contratação de professores, para que possa de fato dar o andamento na constituição desse campus, a fim de tornarmos esse sonho uma realidade.

Sr. presidente, gostaria também de voltar a abordar um tema que temos abordado com certa frequência a respeito das questões relacionadas à segurança de Santa Catarina e ao nosso contingente de policiais militares.

Quando Santa Catarina estava com cerca de 6 milhões de habitantes, havia no estado 11 mil policiais. Hoje, deputado Sandro Silva, a nossa população está na faixa de sete milhões, mas permanecemos com cerca de 11.500 mil policiais, o

que tem feito com que praticamente todas as cidades catarinenses enviem diariamente ofícios, solicitações no sentido de pedir um aumento no contingente de policiais.

Ontem ainda mesmo aqui representantes do município de Peritiba e na semana passada, em Concórdia, num evento da Polícia Militar, esse tema foi levantado. Recentemente, em Capinzal, estivemos numa audiência pública debatendo esse tema, assim como todas as cidades do meio-oeste, do litoral, do planalto, ou seja, um aumento do contingente da Polícia Militar, de acordo com as necessidades da segurança em Santa Catarina.

Então, esse tema que temos debatido está-nos criando uma perspectiva porque às vezes o governo divulga que vão ser contratadas mais 500 pessoas. Mas o processo de contratação e de treinamento leva, às vezes, um ano, um ano e meio, até efetivamente estar no trabalho. E nesse período, entre aposentados desligados voluntariamente, fora os falecimentos, adoecimentos, acidentes, praticamente esses 500 já estão afastados. Então, acaba sendo repostos somente aquele contingente já existente.

Assim sendo, nós queríamos fazer, mais uma vez, da tribuna da Assembleia Legislativa, um apelo ao governo do estado para que através desses pactos que estão sendo firmados por Santa Catarina seja dada segurança e colocado junto em prática a melhoria das condições de trabalho dos agentes da área da Segurança, juntamente com o aumento de contingentes, porque sem o aumento do número de pessoas não se conseguirá minimamente estabelecer aquilo que os municípios querem em termos de garantia de segurança.

Então, deixo este apelo registrado também ao governo do estado, para que a segurança seja colocada de fato como uma prioridade em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos

em Breves Comunicações, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, o primeiro horário está destinado ao PT, tendo em vista uma troca com o DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os nobres deputados, companheiros e colegas, e cumprimentar também o dr. Nelson Schaefer Martins, que foi eleito ontem presidente do Tribunal de Justiça.

É muito importante essa eleição consolidada do dr. Nelson Schaefer, tendo em vista que ele fez 90% dos votos e a sua frase principal é: "Sou homem de diálogo". E nós precisamos, cada vez mais, de homens de diálogos nas esferas públicas, assim como esta Casa. Por isso tenho me pautado pelo diálogo e o bom combate.

Então, parablenzo publicamente o dr. Nelson Schaefer, que assumirá a Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e é com o diálogo que amadurecemos e consolidamos a democracia, principalmente a inte-relação do debate entre os poderes.

Quando falo poderes falo Executivo, Legislativo e Judiciário, porque, que isso fique claro, os demais não são poderes.

Também gostaria de me referir a um outro assunto importante neste horário do partido, deputados Padre Pedro Baldissera e Neodi Saretta. No próximo sábado teremos na Assembleia Legislativa, no auditório Antonieta de Barros, a posse do novo presidente do PT, o nosso companheiro Cláudio Vignatti. E junto com ele estão sendo convidados todos os presidentes eleitos do PT, nos municípios do estado de Santa Catarina, para uma posse coletiva.

É a primeira vez que se faz uma posse coletiva no sentido de referendar, consolidar e, principalmente, dar rumo a 2014 com a nossa candidatura ao governo do estado, com possibilidade de composição, com o debate que sai em aberto, seja com o PMDB, com o PP e com os

partidos, deputado Sargento Amauri Soares, todos por Santa Catarina.

Então, queremos convidar os presidentes de partidos para estarem presentes neste sábado nessa solenidade de posse que começará às 9h, na Assembleia Legislativa.

Também é importante ressaltar que nesta sexta-feira estará sendo distribuído em São Domingos, na prefeitura do Kiko, mais uma leva de máquinas, equipamentos e caminhões, e deixar claro que o governo federal fez a maior compra de equipamentos pesados no globo terrestre em uma única vez. Ao todo passam 20 mil equipamentos, entre máquinas pesadas, retroescavadeiras, patrolas e caminhões, o que inclusive dificultou as empresas a produzirem em escala para fazerem a entrega aos municípios.

A presidente Dilma Rousseff, quando esteve em São Francisco do Sul, a 15 dias atrás, fez a entrega de patrolas e caminhões - ao todo foram sessenta e poucos - aos prefeitos.

Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que foi prefeito da bela Guaraciaba, bem como no período em que eu fui prefeito, sabe que nós não conseguíamos nem de graça o ar para os pneus das máquinas. Hoje, o prefeito recebe máquina, caminhão, patrola, tudo, sem precisar dar um centavo de contrapartida para melhorar o atendimento das estradas, porque os municípios têm muitas estradas vicinais, estradas de barro para manter e esses equipamentos permitem a manutenção dessas estruturas.

O deputado Neodi Saretta, que também foi prefeito oito anos na cidade de Concórdia, fez um dos melhores mandatos naquela cidade. Ele sabe disso.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Quero ressaltar a importância de sua fala, principalmente em relação à entrega de máquinas desse programa do governo federal, através do

ministério do Desenvolvimento Agrário para os municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes.

Conhecemos a realidade de muitos desses municípios e sabemos o quanto é importante a chegada de um equipamento como esse. Dias atrás estava no município, conversava com alguns agricultores que diziam: "Pôxa, a gente não consegue neste nosso município pequeno quase transitar pela estrada, e o município não tem uma motoniveladora, uma patrôla descente". Agora, terá e vai receber, inclusive, na sexta-feira.

Então, essa entrega de máquinas é mais uma etapa importante, pois serão entregues as motoniveladoras e também, no ato de amanhã, dará continuidade à entrega dos caminhões, uma vez que a empresa não conseguiu completar em função de tamanha compra que v.exa. destacou, deputado Jailson Lima, já que beneficiarão todos os municípios brasileiros.

Mas queria fazer esta ressalva para dizer da importância dessa parceria entre o governo federal, o ministério do Desenvolvimento Agrário e as prefeituras de todo o Brasil, especialmente de Santa Catarina.

Assim sendo, estaremos amanhã, também, em São Domingos acompanhando o ato da entrega dessas máquinas.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - É importante registrar, deputado Neodi Saretta, que ultrapassou o valor de R\$ 5 bilhões em compra de máquinas e equipamentos.

No dia em que a presidenta esteve em São Francisco do Sul estava lá o nosso ministro Pepe Vargas, que foi prefeito de Caxias e deputado federal, que disse que a programação de compras das próximas máquinas, deputado Padre Pedro Baldissera, será para escavadeiras hidráulicas que estarão no rol de discussão para também serem adquiridas e entregues aos municípios.

Então, parabéns à nossa presidenta Dilma Rousseff! Queira ou não, o Brasil continua sólido na economia dando exemplo de que com austeridade, com determinação, com gestão política e

administrativa é possível fazer muito. No mais a nossa saudação à nossa ministra Ideli Salvatti que também estará acompanhando o evento da entrega das máquinas.

É importante também registrar que esta semana, em Brasília, foi assinada a ordem de serviço da duplicação da BR-280, que vai de São Francisco do Sul até Jaraguá do Sul. Mas como nesse trecho da BR-101 a São Francisco do Sul a empresa entrou com uma ação, tendo que se esperar que a Justiça delibere esse trecho, será dado início à elaboração dos canteiros para serem realizadas as obras.

É uma obra importante com diversos investimentos em nosso estado, pois nesses últimos 20 anos em Santa Catarina não houve em nosso estado esse nível de investimentos que fomenta a economia, acelera a contratação de empregos e aprimora, principalmente, os catarinenses no sentido de sua perspectiva econômica e de acreditar no estado brasileiro, no estado catarinense.

Agradeço a v.exa., deputado Padre Pedro Baldissera, neste momento em que aqui, honradamente, falo em nome do Partido dos Trabalhadores, o partido que efetivamente muda este país.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, uso esse espaço do PSDB para fazer alguns comentários que julgo importantes. O primeiro deles é que o governo do estado encaminhou para esta Casa, através da secretaria do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, um projeto de lei que ainda está tramitando na comissão de Justiça, para construir em Santa Catarina, em parceria com municípios e

entidades empresariais, dez, 12 e até 15 centros de tecnologia e inovação.

Nesse projeto encaminhado pelo governador, naturalmente encabeçado pelo secretário Paulinho Bornhausen, estavam incluídas, inicialmente, as cidades de Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages, Chapecó e, se não me engano, São Miguel d'Oeste. Na análise inicial dos deputados da comissão, foi pedido, inclusive, vista ao projeto. Entendemos que há necessidade de incluir mais algumas cidades nesse projeto de abrangência regional, que tem a finalidade de promover o desenvolvimento, o estímulo a novas tecnologias, como a região de Rio do Sul, pois em seu entorno orbitam 29 cidades importantes.

Assim sendo, tendo em Rio do Sul um centro de tecnologia e inovação, vai ser promovido o desenvolvimento de toda a região.

A região de Curitibanos é o centro geográfico de Santa Catarina e a cidade de maior desenvolvimento, de maior promessa de uma faixa que corta o estado de norte a sul, onde há algumas décadas houve um grande desenvolvimento por conta do extrativismo da madeira, da Araucária, mas agora, por conta da exaustão do pinheiro, mesmo sendo uma região bonita, requer um apoio do governo para retomar o seu desenvolvimento econômico.

Por isso entendemos que deveria ter um centro de tecnologia naquelas dez cidades, mais Rio do Sul, mais Curitibanos e mais uma terceira cidade que sempre esteve acima, que sempre puxou o desenvolvimento da região, que é Brusque, que é, atualmente, a décima maior contribuinte de ICMS, o oitavo município que mais consome energia elétrica. E quando se fala em consumir, fala-se em transformar energia elétrica em outros produtos, como têxteis, confecção, metal-mecânico. Enfim, consumimos porque utilizamos, porque trabalhamos.

Entendemos que também em Brusque, que é sede de uma região que promete um grande desenvolvimento, como é o vale do rio Tijucas e todo o vale do rio Itajaí Mirim, deveria ser instalado um centro de tecnologia e inovação, que

é um pedido da Associação das Micro e Pequenas Empresas, encabeçada hoje pelo sr. Carlos Rosin, que tem feito um trabalho extraordinário no desenvolvimento da região, bem como do presidente da Associação Comercial e Industrial de Brusque, sr. Edemar Fischer, que tem mobilizado toda a categoria empresarial para incentivar e motivar os investimentos econômicos para promover o desenvolvimento social. Por isso teríamos que implantar ali também um centro de tecnologia e inovação.

Graças a Deus, hoje, vendo o jornal Diário da cidade de Brusque estava estampado um pedido que fiz encarecidamente ao professor Provesi, secretário especial do secretário Paulinho Bornhausen, e está nos incluindo Brusque nestas dez cidades, agora 11. E sei que o deputado Aldo Schneider tem feito uma movimentação muito grande para incluir Rio do Sul e naturalmente Curitiba. Assim quero agradecer a secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável que inclui Brusque como sendo uma das cidades que receberá um centro de tecnologia e inovação.

Por último, quero fazer um comentário sobre a questão econômica do Brasil e de dizer que algo está equivocado justamente porque o nosso desenvolvimento econômico, que é positivo, que é mais de 2%, e é positivo por conta de um grande volume de crédito que é concedido às pessoas para comprar carro, geladeira, para reformar a casa. Enfim, acredito que até o final do ano mais ou menos 90% da população brasileira será devedora ao BNDS através desses empréstimos. E graças a esse crédito que é dado para as pessoas comprarem sem ter dinheiro para isso, torna todas essas pessoas devedoras desse sistema.

O movimento econômico será positivo por conta desse crédito, mas, infelizmente, a Folha de S. Paulo estampa que no último trimestre o crescimento real do Brasil foi menos 0,5, ou seja, houve um movimento menor e negativo, ou seja, as empresas estariam trabalhando no vermelho, não fossem os investimentos no setor agropecuário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares e toda comunidade que nos acompanha em suas residências pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, quero relatar algumas situações, mas antes de falar sobre a ida do governador Raimundo Colombo a Blumenau nesta semana, vou falar sobre algumas questões que me chamaram a atenção durante os últimos dias.

Primeiramente, quero dizer que fico muito feliz com a vinda da presidente Dilma Rousseff, deputado Ismael dos Santos, a Santa Catarina para anunciar várias parcerias, ou seja, a parceria entre o estado e o governo federal, que é muito importante. Mas quero registrar também a minha tristeza porque ela não falou sobre a BR-470, deputado Padre Pedro Baldissera. Foi assinada a ordem de serviço há um bom tempo, foi feita toda uma movimentação, foi feita uma festa que as máquinas iam começar, que a população ia ver a obra acontecer e até agora, deputado Sargento Amauri Soares, ninguém viu máquina roncando. A questão do licenciamento ambiental não estava finalizada ainda e a população acaba não acreditando mais. Por esse tipo de atitude que a população não acredita mais na classe política, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, é uma angústia de todos nós, do vale do Itajaí, em relação à BR-470, porque de fato foi uma frustração o contato que tivemos com a presidente Dilma Rousseff na quarta-feira passada.

Alega-se de que a culpa é do Ibama, mas em última instância quem é que manda no Ibama?

Então, é preciso que a presidente Dilma Rousseff faça de fato acontecer, movimentar, porque são mais de 30 anos de espera.

Nós tínhamos uma rodovia para dez mil veículos/dias, 4 mil *containeres* por dia, sendo que 40% da economia catarinense é transportada para a BR-470, sem falar nas vítimas. São quase 100 vítimas por ano na BR-470. Por isso a presidente Dilma Rousseff precisa mais do que nunca puxar a orelha do Ibama e fazer valer, acontecer de fato a duplicação dessa tão esperada rodovia.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É lamentável isso! Porque é fácil colocar a culpa no Ibama. É fácil colocar a culpa nesse ou naquele órgão. Mas efetivamente o governo federal tem que tomar uma atitude e resolver o problema.

Enquanto que os burocratas discutem de quem é a culpa, o povo anda na BR-470 e sofre. Aquela pessoa culpada está no ar condicionado, está no conforto da sua salinha dizendo que falta um papel aqui, um papel ali e não acontece nada, não libera e a obra não pode iniciar. Agora, quem mais sofre é quem passa pela rodovia. E essas pessoas é que estão sofrendo hoje pela incompetência dos burocratas dos governos.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Primeiramente, quero parabenizar v.exa. pelo tema abordado.

Em segundo lugar, ontem ainda, na Presidência desta Casa, tive a oportunidade de cumprimentar o presidente proprietário da empresa sulcatarinense que é vencedora do consórcio. Eu estava conversando com o presidente e também com a deputada Ana Paula Lima e ele colocou a sua decepção a respeito desse assunto, inclusive com os equipamentos novos comprados especificamente para a execução dessa obra. Mas tenho dito que quem faz a pasta é o titular.

Eu me lembro do processo, de todos os procedimentos relacionados ao gás entre Bolívia/Brasil.

Então, o governo federal chamou todos os personagens, todas as instituições em uma mesa e disse: "Essa é uma questão de estratégia nacional, de segurança nacional". E aí foi tomada posição e em tempo recorde as licenças e tudo mais acabaram acontecendo.

Da mesma forma, por que esse rito não serve para a questão da BR-470?

Realmente é um imbróglio que precisa de uma reflexão, estabelecendo-se um novo conceito, mas tenho dito sempre que quem faz a pasta é o titular.

Por isso o capitão desse processo chama-se governo federal. Ele que é o responsável por todas essas situações que estão ocorrendo, hoje, em nível de Brasil e no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, deputado.

Tudo que v.exa. falou é verdade: quem faz o processo é o comandante da pasta.

Por isso quero pedir ao superintendente do Dnit de Santa Catarina, João José, para que busque uma solução efetiva. E que a próxima vez que a presidente Dilma Rousseff trouxer notícias boas, como trouxe para Santa Catarina, traga também para o vale do Itajaí. Eu quero deixar claro isso e agradecer à presidente Dilma Rousseff por tudo aquilo que anunciou.

Mas quero dizer que, como blumenauense, como morador do vale do Itajaí, fiquei decepcionado em ver a presidente simplesmente se negar ou omitir o fato e não tocar no assunto da BR-470. Esperava que ela, como presidente da República, chefe maior do estado, viesse aqui e assumisse a responsabilidade e exigisse dos seus comandados e técnicos alguma posição em relação à BR-470.

Esperava que ela viesse aqui e tomasse uma posição e exigisse o início imediato das obras, porque quem sofre é o povo, as pessoas que precisam da BR-470 para sobreviver e que precisam passar por ela para se locomover.

Eu quero realmente dizer que gostaria muito que a presidente fizesse uma declaração exigindo

dos seus comandados uma posição mais firme e concreta com relação à duplicação da referida BR.

Da mesma forma, sr. presidente, quero registrar aqui um incidente que aconteceu esta semana na ligação entre Blumenau e Massaranduba, rodovia SC-108, que envolveu caminhão, ônibus, ficando inclusive uma pessoa presa nas ferragens durante seis horas. Não quero falar apenas sobre esse acidente, mas faço este registro porque justamente - deputado Ismael dos Santos, v.exa. sabe do ponto que estou falando - entre Vila Itoupava e Massaranduba acontecem constantemente acidentes.

Quero aqui pedir ao presidente do Deinfra, Paulo Roberto Meller, para que faça uma melhoria naquele local, porque não é mais possível que naquele trecho aconteçam tantos acidentes como têm ocorrido ultimamente. Outras pessoas já faleceram naquele local, vários acidentes com prejuízos materiais, mas realmente acredito que seja um dos pontos mais críticos de Santa Catarina. Por isso é fundamental e importante, e faço esse apelo daqui da tribuna ao presidente do Deinfra, que seja buscada uma solução e melhorias ao referido ponto, para preservar a vida das pessoas que transitam naquele trecho da SC-108.

Também quero aproveitar para agradecer. Reclamei que a presidente Dilma Rousseff não falou da BR-470, e isso é uma verdade, mas quero aqui registrar e agradecer-lá pelos recursos liberados para o alteamento das barragens do alto Vale para a prevenção das cheias.

O governador Raimundo Colombo esteve esta semana, em Blumenau, assinando vários convênios, autorizando licitações que são importantes, mas espero que as licitações que foram autorizadas pelo governador também não tenham problema ambiental na secretaria da Infraestrutura, porque essas questões devem estar dirimidas e resolvidas para andarem para frente e a população ser atendida.

Mas quero aqui registrar algumas questões em relação às cheias, em que o governador autorizou R\$ 900 mil da Defesa Civil para que fosse

concluído o PI 5 do Dique da Fortaleza, e lamentar que esse recurso que era para ser a contrapartida do município, que tinha assumido um compromisso que iria finalizar a obra até o final deste ano, não teve capacidade financeira de garantir a sua parte.

Por isso agradeço ao governador Raimundo Colombo. E se o prefeito e a prefeitura de Blumenau não têm caixa para garantir a contrapartida de um convênio, o estado que faça a sua parte.

Parabéns ao governador que, assim como os R\$ 10 milhões que garantiu para a Ponte do Badenfurt, novamente coloca o recurso e não deixa a população de Blumenau na mão. Atende a parte do município com recurso do estado e demonstra que ele é, sim, um grande parceiro da comunidade de Blumenau.

E não apenas R\$ 900 mil do convênio do PI 5, exemplo também é a liberação de R\$ 20 milhões do Badesc, onde o ex-prefeito, presidente do Badesc, João Paulo Kleinübing, com muita agilidade, com trabalho burocrático sério, foi lá e conseguiu garantir para a prefeitura de Blumenau um financiamento de R\$ 20 milhões no Programa Juro Zero para que a prefeitura possa, finalmente, iniciar algumas obras importantes para as cidades que estão paralisadas ou que devem ser iniciadas, mas que são fundamentais para Blumenau.

Realmente quero agradecer ao ex-prefeito João Paulo Kleinübing, que ajudou no processo burocrático garantindo para a prefeitura de Blumenau R\$ 20 milhões no Programa Juro Zero para vários investimentos.

Além disso, o governador Raimundo Colombo teve algumas ações importantes como, por exemplo, a autorização para que a secretaria da InfraEstrutura possa contratar e iniciar de uma vez por todas a obra do prolongamento da via expressa. Uma obra tão sonhada, deputado Ismael dos Santos, tão esperada pela comunidade da região norte, com um projeto aproximadamente de R\$ 200 milhões que está dividido em lotes, onde cerca de R\$ 130 milhões e outro de R\$ 170 milhões, que são as obras de pontes e viadutos. Mas essa obra já

pode ser iniciada com a licitação do primeiro lote que envolve todas as questões de terraplanagem, que envolve toda a questão de pavimentação, em que o governador autorizou a licitação dessa obra nesta última semana, que é muito importante. Por isso também quero agradecer ao governador.

Além da questão do prolongamento da via expressa, que é o novo traçado da SC-108, além da questão do PI 5 da Fortaleza, além dos R\$ 20 milhões do Badesc, o governador Raimundo Colombo também esteve lá e assinou a autorização para a construção de uma escola de ensino médio, no bairro Itoupavazinho, uma obra aproximadamente de R\$ 8 milhões.

Entregou 125 viaturas da Polícia Militar, para a região do vale do Itajaí, as quais serão distribuídas para vários municípios. Mas foi um festival de veículos que foram entregues num único ato. Eu nunca vi tanto carro da Polícia Militar, deputado Padre Pedro Baldissera, reunidos. E com muita alegria a população recebeu.

Agora esperamos que o esforço do governador Raimundo Colombo de aumentar a questão da tecnologia com mais câmeras de vigilância de viaturas também seja complementado com o seu esforço de aumentar o efetivo policial. Segurança se faz com vários aspectos, como o aumento de viaturas, o aumento de ação de inteligência, de tecnologia, que são as câmeras de vigilância, mas também se faz com o aumento de efetivo.

Quero aqui reconhecer o esforço do governador Raimundo Colombo no sentido de aumentar o efetivo para Blumenau. Mas espero que também isso seja logo concretizado para que possamos ter mais policiais na rua. Além disso, convênios para a saúde com recursos de R\$ 500 mil liberados para a Casa Mata, do Hospital Santo Antônio, é uma promessa antiga, pois foi definido que será liberado R\$ 1 milhão este ano. E no ano que vem o restante dos R\$ 4 milhões, para que a obra possa ter o seu prosseguimento.

Há mais uma etapa do Hospital Misericórdia, da Vila Itoupava, de R\$ 650 mil, para que esse hospital possa buscar a sua auto-suficiência, o

que é importante para todos os hospitais de Santa Catarina.

O governador Raimundo Colombo liberou recursos em outras áreas, como para os municípios de Luiz Alves e Gaspar; a pavimentação do Morro do Serafim, atendendo um pedido antigo daquelas comunidades. Outras ações importantes também foram feitas como a questão da autorização do início do processo burocrático para a recuperação da SC-414, que liga os municípios de Luiz Alves e Navegantes, uma obra de R\$ 20 milhões.

Enfim, são muitas ações e muitos recursos para a região. Espero que da mesma forma como o governador Raimundo Colombo se colocou à disposição, fez o processo de reorganização do estado, otimizando e garantindo recursos com o apoio do governo federal para a execução dessas obras, espero que a burocracia do estado ajude o governador a trabalhar com agilidade. Não basta o governador querer e os seus técnicos não o ajudarem. Todos têm que trabalhar em conjunto para o bem de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que está presidindo esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e também da Rádio Alesc Digital, inicialmente, gostaria de dar boas-vindas ao povo de Iraceminha, que visita este Parlamento; e saudar o sr. secretário de Urbanismo, Valcir Capeletto; o sr. presidente da Câmara de Vereadores de Iraceminha, Daniel Chierle, e o vereador Lino de Marco, que estão vindo à nossa capital em busca de recursos porque estão preocupados com a situação da evasão da mão de obra que existe hoje em Iraceminha, em que a população busca o amparo do trabalho em municípios arredores por não ter lá a segurança de emprego.

Eu penso que é uma reivindicação justa. Este é o papel, quem faz a pasta é o titular. Por isso vocês estão aqui em busca de encaminhamentos que objetivam a condição de alguma empresa se estabelecer e dar segurança a esses munícipes.

Sr. presidente, eu registro, nesta tribuna, com muita satisfação, que no dia de ontem nós aprovamos, na Assembleia Legislativa, a situação da Casa do Guido, do município de Criciúma. Tenho acompanhado o trabalho dessa entidade há muitos anos, um trabalho que vem sendo desenvolvido no apoio à pediatria e à oncologia, em que tivemos a oportunidade de apresentar nesta Casa uma emenda de R\$ 1 milhão, para que fosse construído um anexo ao Hospital Santa Catarina, um centro de referência, e se estabelecesse, desde Paulo Lopes a Passo de Torres, como referência em pediatria e oncologia.

E ontem aprovamos a declaração de utilidade pública, permitindo com isso que essa entidade possa promover junto às secretarias de estado, de maneira especial a secretaria da Saúde ou da Ação Social, algum tipo de convênio com o propósito de manutenção e custeio da operação daquela entidade.

Eu tive a oportunidade de presenciar e lamentar sempre as cenas de crianças com seis meses, um ano, um ano e meio, enfim, até cinco anos, tendo que se deslocar, às 2h30 ou às 3h, na BR-101 através de ambulância em estado físico criticamente debilitado, correndo risco de vida, ficando os pais totalmente arrasados. Elas vêm do sul do estado, de Criciúma a Florianópolis, para fazer cinco minutos de sessão de radioterapia, voltando para casa depois. No dia seguinte as crianças retornam novamente à capital pela estrada e muitas vezes elas vomitam no caminho, padecendo na estrada.

Por isso preciso parabenizar essas pessoas abnegadas, com grande espírito de voluntariado, que se desprendem, são despojadas e renunciam seus afazeres para se dedicar a essa causa tão nobre, tão sublime em prol dessas crianças, tentando com isso amenizar pelo menos em parte o sofrimento dessas crianças acometidas por consequência dessa

doença maligna que é o câncer e que destrói milhares e milhares de famílias e padecem milhares de pessoas não somente em Santa Catarina como em todo o Brasil.

Um trabalho que vem sendo desenvolvido e que as irmãs adotaram no Hospital São José, um trabalho que vinha sendo feito pelo pediatra em oncologia, dr. Tiago Nava, que encontrando algumas resistências não conseguiu suportar, digamos assim, as conseqüências que se estabeleceram por consequência de muitos interesses, acabando por desistir desse projeto. Mas o Hospital São José abraçou a causa e hoje atende essas crianças no município de Criciúma.

É preciso que o poder público tenha a sensibilidade e o olhar humano com esse segmento, com essas demandas reprimidas na sociedade.

Quando se fala em descentralização propriamente dita é oportunizar essa condição de levar equipamentos de alta complexidade para o interior do nosso grandioso estado, perfazendo as regiões e cobrindo os 295 municípios. Não é tão somente criando Regionais como forma de administrar o estado.

Foi um modelo empreendido pelo governo e que foi aceito nas urnas por duas vezes, mas penso que a verdadeira descentralização é oportunizar a condição de uma vida melhor para o povo, é levar recursos aos municípios, às escolas, às entidades, aos hospitais, onde efetivamente as coisas afloram e acontecem.

Por isso esse trabalho precisa ser enaltecido, vem dentro daquilo que preconiza as diretrizes básicas do governo Raimundo Colombo, que na sua essência é fomentar e incentivar o caráter filantrópico no estado. E é nesta linha que assomo à tribuna com muita satisfação para agradecer meus pares. Espero que o mais rapidamente possível, dentro da celeridade, o governo possa sancionar essa lei, para que possamos efetivamente ser parceiros dessa situação, desse projeto que serve de exemplo e de referência para as demais regiões do estado.

Por esta razão preciso enaltecer, mais uma vez, o espírito de abnegação, de voluntariado dessas pessoas que se desprendem e se privam, como disse anteriormente, de seus afazeres para se dedicar à causa dessas pessoas mais necessitadas.

Tenho dito, deputado Silvio Dreveck, que a grande virtude do ser humano é ter a capacidade de estender a mão, de praticar o gesto, porque quando fizemos isso o universo conspira e sempre a favor. Quando estendemos a mão a alguém na verdade estamos estendendo a nós mesmos.

Esse é o trabalho que a Casa Guido vem desenvolvendo em Criciúma. E espero que cada vez mais a conscientização da classe política, em todos os níveis municipal, estadual e federal, esteja voltada a esse segmento com mais frequência, com mais atenção e com um olhar humanístico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§ do Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s 0190/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0254/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, e 0264/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Comunica também que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0012/2013 e 0014/2013, de procedência do Tribunal de Contas do estado.

Comunica ainda que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0226/2013; 0262/2013; 0271/2013; 0275/2013 e 0699/2013, todos de entidade social.

Srs. deputados, vamos submeter à redação final os seguintes projetos que já foram discutidos e votados.

Votação da redação final do Projeto da Lei n. 0248/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto da Lei n. 0371/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto da Lei n. 0436/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto De Lei Complementar n. 0027/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final da Proposta de Emenda à Constituição n. 0005/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0390/2013, de origem governamental, que autoriza a abertura de crédito especial em favor da secretaria de estado da Agricultura e da Pesca.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0543/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 4.498 de 1970, que declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial de Capoeiras de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0180/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Rodovia da Imigração o trecho da rodovia SC-154, compreendido entre o município de Ipumirim e o trevo do município de Vargeão - BR-282.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0349/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui o Dia Estadual de Nossa Senhora de Caravaggio e reconhece o Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, no

município de Nova Veneza, como ponto turístico religioso no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0807/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig, e 808/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Comunicamos que serão deferidos os Requerimentos n.s: 1.272/2013, 1.273/2013, 1.274/2013, 1.275/2013 e 1.276/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 1.277/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.278/2013, 1.279/2013 e 1.280/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.281/2013, de autoria do deputado Dado Cherem; 1.282/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.283/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0121/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser encaminhada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela aprovação da alteração da Lei Geral de Telecomunicação, conforme proposta da Unale.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na verdade, estamos trabalhando nessa matéria desde que iniciamos os trabalhos na CPI em Santa

Catarina e uma das propostas que fizemos foi a alteração do marco regulatório. A Unale foi a instituição que permitiu vários encontros de várias Assembleias do Brasil e com isso conseguimos fazer com que os deputados federais assumissem a condução desse projeto no Congresso Nacional, capitaneado em Santa Catarina pelo deputado Edinho Bez e no Rio Grande do Sul pelo deputado Jerônimo Goergen.

Para concluir, queremos dizer que precisamos agora dar mais celeridade nessa proposta da alteração da legislação federal, fazendo com que esse novo marco regulatório esteja compatível com a atual situação da telefonia móvel no Brasil.

Portanto, estamos pedindo celeridade nessa moção, para que essa comissão de 17 deputados federais no Congresso Nacional dê prosseguimento e celeridade ao desejo da população brasileira, que é a melhoria na telefonia móvel no Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, vereadores e lideranças das mais diversas regiões do estado de Santa Catarina que nos acompanham das galerias, gostaria de relatar aqui que na manhã de ontem tivemos duas reuniões, duas visitas. Uma na cavalaria de Joinville e outra no 8º Batalhão da Polícia Militar de Joinville.

Eu já tinha ido, em outras oportunidades, na cavalaria de Joinville, mas não tinha conhecido as dependências. E lá na cavalaria fomos recepcionados pelo tenente Pires, que é o comandante daquele destacamento, que fez questão de mostrar as dependências da cavalaria. Antes da construção do 17º Batalhão da Polícia Militar de Joinville, esses dois batalhões dividiam as dependências e hoje a cavalaria está sozinha naquele prédio. Então, ele nos mostrou as dependências, as ferrarias, as redondezas, as baias e todo o trabalho que é feito pela cavalaria em Joinville.

O tenente Pires disse também que a cavalaria tem 30 cavalos da raça de hipismo brasileiro, cavalos de um porte mais avantajado e que impõem mais respeito nas ruas quando fazem o patrulhamento. Junto com esses 30 cavalos que já estão nas ruas trabalhando existem mais seis potros com idade de aproximadamente três anos que estão sendo domados, que dentro de seis meses também estarão nas ruas fazendo o patrulhamento ostensivo em Joinville.

Esse destacamento conta também com 45 policiais. O mais interessante é que os cavalos não são divididos entre os policiais, pois cada policial tem o seu animal. Então, o animal acaba pegando o jeito do policial e o policial pegando o jeito do animal. E quando o policial entra em férias, o animal fica também sem exercer a sua função de fazer a ronda e a cavalaria aproveita para cuidar da saúde do animal.

Falou também o tenente Pires sobre a importância que a cavalaria tem na questão do policiamento ostensivo, principalmente em eventos que envolvem grandes quantidades de pessoas como, por exemplo, uma partida de futebol. Quando são partidas que envolvem grandes times como os clássicos Joinville e Figueirense, Joinville e Criciúma, Joinville e Chapecoense, é preciso, sim, que a cavalaria esteja lá para promover a ordem entre as torcidas organizadas que geralmente acabam tumultuando o espetáculo futebolístico.

Ele falou também da necessidade da substituição dos animais, porque eles têm vida útil para trabalho na cavalaria de aproximadamente 20 anos e a maioria dos animais que está lá já se está aproximando dessa idade e precisa ser substituída. Cada animal custa em torno de R\$ 10 mil, que passa por uma doma, para que depois possa ir às ruas e fazer o policiamento.

Essa substituição é feita de forma gradativa, sendo dois animais por vez. O tenente Pires está tratando junto com o governo do estado, com doações também de empresários, a compra, de cada vez, de dois animais, para que possa tirar das ruas os animais que já não servem mais para esse tipo de trabalho. Esses animais vão saindo, pode-se dizer, de forma compulsória do trabalho das ruas.

O tenente Pires relatou que já há um destino para esses animais, que seria um projeto de ecoterapia à cidade de Joinville em parceria com a prefeitura de Joinville.

Existem entidades que fazem esse trabalho de ecoterapia na cidade de Joinville, mas fazem com muita dificuldade, deputado Valmir Comin, porque isso envolve o animal, que custa muito caro, sem contar com os cuidados com ele, os profissionais, alimentação e assim por diante.

As entidades que fazem isso têm muita dificuldade para conseguir tudo que é necessário para manter um animal como o cavalo, mas a cavalaria já tem tudo que é necessário. Tem os animais, tem quem cuide dos animais, tem alimentação, só precisaria de um local específico para fazer esse tratamento de ecoterapia. Mas seria bom também que a prefeitura, além da construção desse local específico, destinasse profissionais para ajudar na ecoterapia que se tem mostrado, ao longo dos anos, uma ferramenta muito útil para a recuperação, para a reabilitação e para ajudar na coordenação motora de pessoas com deficiência.

Então, quero parabenizar o tenente Pires por esse trabalho que a cavalaria de Joinville pretende fazer, por ter essa vontade em fazer

isso, porque ele poderia simplesmente escolher apenas cuidar do policiamento, do patrulhamento, das rondas ostensivas e não se preocupar com o lado social.

De fato é uma atitude louvável e temos que parabenizar aqueles destacamentos que querem fazer esse serviço social também. Ele falou da parceria junto com a comunidade, em que as escolas têm agendado, periodicamente, visitas das crianças que vão lá para conhecer a cavalaria, conhecer o processo de doma dos animais, conhecer como é o comportamento dos policiais e o tratamento dos animais.

Então, é muito bom esse contato das crianças, da comunidade com a própria cavalaria, em que muitos empresários acabam auxiliando na aquisição de alguns insumos importantes. Eles relataram que recentemente conseguiram, através de doação, um caminhão para fazer o transporte dos animais, conseguiram portões, e há um empresário em Joinville que todos os meses doa serragem para fazer a cama dos animais.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Sandro Silva, parabenizo v.exa. pelo tema abordado. Realmente a cavalaria, principalmente nesse momento de vulnerabilidade que nós estamos vivenciamos todos os dias com relação à questão da segurança, montada nas praças, correndo as ruas da cidade cria um sentimento de segurança.

Eu acho que o seu raciocínio está essencialmente correto quando se refere à questão da potencialidade que a cavalaria, além da questão da segurança, pode promover dentro da terapia, dentro da questão da parceria com as clínicas, com pessoas que têm problema de coordenação motora, enfim, o comportamento humano em si.

Por isso v.exa. precisa ser parabenizado, pois isso serve como exemplo e referência para outras regiões do estado.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - E sem contar, deputado, que a cavalaria nas ruas chama muito mais atenção porque é comum as pessoas verem as viaturas, mas não é tão comum ver os animais e os policiais montados fazendo a ronda.

Eu gostaria de fazer uma referência, ou seja, que eles citaram a sua ajuda, deputado Kennedy Nunes, na busca de recursos para auxiliá-los também. Então, parabéns à cavalaria, parabéns ao trabalho que fazem, colocando-nos sempre à disposição para ajudá-los naquilo que for preciso e possível para fazer um bom trabalho.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença da Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina, Acanor, para capacitação na Alesc.

A comitiva composta é de 37 pessoas líderes, desde vereadores, funcionários de Câmaras Municipais e de funcionários públicos de São Lourenço do Oeste, Galvão, Jupiá, São Domingos, Novo Horizonte, Irati e São Bernardino.

Penso que isso precisa ser enaltecido e louvado, porque são pessoas que vêm buscar e aprimorar o conhecimento, a qualificação para poder prestar um serviço cada vez mais qualificado, de excelência aos seus munícipes.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Também gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos alunos da 5ª série da Escola de Ensino Fundamental Padre Luiz Gonzaga Steiner, de Brusque, acompanhados pela professora Suzane Becker.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Esta Presidência, com a permissão dos srs. parlamentares, gostaria também de comunicar, conforme entendimento de todas as bancadas que compõem este Parlamento, o encaminhamento de uma manifestação de apoio à proposição do deputado

federal Onofre Santo Agostini, que denomina o trecho da BR-101, KM 0 a 258, Garuva a Paulo Lopes, de Rodovia Nereu Ramos, hoje Mário Covas, e o trecho entre o KM 258 a 465, Paulo Lopes a Passo de Torres, de Rodovia Zilda Arns.

Então, gostaria de ouvir a manifestação dos parlamentares que compõem as diferentes bancadas deste Parlamento de respaldo e de apoio ao encaminhamento do deputado federal Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador Márcio Maximino Bortoloto, de Descanso, da vereadora Silene Maria B. Libero, e do vereador Antoninho Leão, de Paraíso.

Quero dizer que quando passo na BR-101, com todo respeito a Mário Covas, quando vejo a denominação Rodovia Mário Covas, entendo que ela não tem nada a ver com Santa Catarina. Se fosse o trecho no estado de São Paulo, tudo bem. Assim sendo, entendo que o trecho catarinense deveria ter como homenagem o nome de ilustres cidadãos do nosso estado, uma vez que temos inúmeros cidadãos que muito fizeram pelo estado.

Então, concordo com este encaminhamento da Casa. Acredito que será o pensamento de toda a bancada, no sentido de que realmente o trecho faça referência àqueles que fizeram a nossa história.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Falando sobre este assunto, fui questionado pelas redes sociais sobre a razão de por que temos o nome da rodovia em Santa Catarina do ex-governador Mário Covas. Aliás, é uma lei de 2001, de autoria de um deputado paulista, e só ficamos sabendo agora por

conta da operadora da BR-101, da Auto Pista Litoral Sul, que tem a obrigação de denominar a via pública.

Por isso que ela colocou o nome que foi aprovado numa lei de 2001. Como é uma rodovia federal, eu não sei se temos que compartilhar isso por pedaços, porque a rodovia é uma só. Eu entendo que ela é inteira, mas o deputado Onofre Santo Agostini deve estar sabendo disso.

Eu concordo, só que isso é interessante, como disse o deputado Maurício Eskudlark, porque quando passamos por aqui vemos que é Santa Catarina e não São Paulo. Talvez pelo fato de Mauro Covas ter sido uma liderança política nacional, ele quis que fosse colocado o nome dele. Mas eu concordo, sim.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro presidente, como morador do sul do estado e, acima de tudo, pelo trabalho que a dra. Zilda Arns fez no Brasil, nós estaremos não apenas homenageando o grande trabalho que ela fez no Brasil e no mundo inteiro, como também prestando uma homenagem a todo o trabalho voluntariado que é marca da sociedade catarinense, todo o trabalho frente à Pastoral da Criança. Quantas vidas foram salvas nesse movimento que inclusive a levou para o exterior, onde tragicamente faleceu! Mas é uma cidadã do sul de Santa Catarina, mais especificamente do município de Forquilha, um bom exemplo, merecedora de todas as homenagens possíveis de serem prestadas a uma pessoa que dedicou toda a sua vida em prol do próximo.

Por isso quero aqui manifestar o meu apoio ao deputado federal Onofre Santo Agostini. Se for possível mudar, essa seria uma homenagem em nome de Zilda Arns a esse trecho que vai daqui de Florianópolis até Passos de Torres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito bem, pela concordância dos parlamentares, em nome das lideranças, das

bancadas e do Parlamento, faremos, então, esse procedimento de encaminhamento de apoio ao projeto do deputado federal Onofre Santo Agostini.

Obrigado, sr. presidente.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente desta sessão, srs. deputados, pessoas que nos assistem nesta manhã pela TVAl, gostaríamos de nos reverenciar, hoje, nesta sessão, ao Dia do Extensionista Rural.

Todos nós conhecemos muito bem o trabalho da extensão rural em Santa Catarina, mas amanhã, em função da Lei Federal n. 12.386 e também da Lei Estadual n. 15.838, do ano de 2012, comemora-se o Dia Nacional do Extensionista Rural. É uma atividade que muitas vezes passa despercebida.

Eu, como engenheiro agrônomo, sou extensionista rural e conheço, portanto, muito essa atividade em Santa Catarina e todo o trabalho que ela faz, vem fazendo e já fez no passado para a agricultura familiar dos pequenos produtores rurais. E amanhã será comemorado o Dia Nacional do Extensionista Rural. E para que todos possam ter conhecimento, as ações na área da extensão rural no Brasil foram institucionalizadas nacionalmente há mais de 50 anos.

O tema extensão rural está permanentemente em discussão tanto na academia, nas universidades quanto entre os formuladores das políticas públicas para o meio rural, bem como entre todos nós, extensionistas. A assistência técnica tem importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias geradas pela pesquisa, pelas universidades, pelas estações experimentais e também de conhecimentos diversos essenciais ao desenvolvimento rural no sentido mais amplo possível e também, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, florestais e pesqueira do nosso país.

O Brasil é, sem dúvida nenhuma, o celeiro mundial em termos de produção de alimentos e

também de produtos florestais e tem na extensão rural um dos principais pilares.

Hoje, no Brasil, mais de 25 mil extensionistas rurais se fazem presentes em 5.320 municípios brasileiros, com atendimento a mais de 400 mil produtores familiares, chegando a 500 mil no total, incluindo médios e grandes agricultores. São agrônomos, veterinários, sociólogos, zootecnistas, economistas domésticos, assistentes sociais, engenheiros ambientais, técnicos agrícolas e outros tantos profissionais que levam informações técnicas a agricultores e cooperativas para melhoria da produção e qualidade de vida no meio rural, atuando ao lado dos produtores, apresentando inovações tecnológicas, prestando assistência para a produção e auxiliando o agricultor em seu crescimento, além de desenvolverem processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários, com foco predominante na agricultura familiar.

Vivemos hoje, no mundo todo, um processo de transformação movimentado pelo conhecimento, pela tecnologia. E se no passado a agricultura foi a alavanca do fomento, da produção agrícola, da revolução verde, de tantas outras atividades neste país, hoje ainda se constitui como instrumento muito precioso para o desenvolvimento. Assim é preciso que, da porteira para dentro, junto com o pequeno agricultor, levando o conhecimento gerado pela ciência nas universidades, nas estações experimentais, para que a nossa produtividade continue batendo recordes a cada ano.

Há pouco mais de dez anos o Brasil produzia 35 milhões de grãos. Hoje, a safra estará batendo no próximo ano a casa de 190 milhões de toneladas, sem aumentarmos a área plantada em um hectare a mais, apenas com a tecnologia. Conseguimos multiplicar por quatro a produtividade de grãos no país graças ao trabalho da extensão rural.

Por isso na atual conjuntura, tanto nacional quanto internacional, com a economia aberta e competitiva, a presença da Assistência Técnica e Extensão Rural no campo se torna uma necessidade

imprescindível. O serviço da Assistência Técnica e Extensão Rural é estratégico e indispensável para o futuro da agricultura familiar. Sabemos que a eficiência e a competitividade, mesmo da pequena propriedade, são instrumentos que vão tornar viável a permanência do agricultor no campo.

Já acompanhamos o êxodo rural muito forte no Brasil, mas é preciso preparar os agricultores de hoje para a agricultura do futuro, sendo que a eficiência da atividade agrícola será essencial para que os agricultores possam viver com qualidade no meio rural.

É um profissional que atua ao lado dos agricultores familiares, prestando assistência técnica e auxiliando-os na superação de diversos obstáculos relacionados a serviços, burocracia e comercialização de produtos. São homens e mulheres que contribuem para o desenvolvimento da agropecuária, melhoria da qualidade de vida de famílias rurais e para as transformações sociais e econômicas de uma comunidade, cidade, estado e de um país. Ao extensionista rural, em especial ao catarinense, o nosso reconhecimento.

Parabéns!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, catarinenses que nos acompanham durante esta sessão e também vereadores que aqui se encontram, às vezes as nossas ideias demoram a ficar prontas. O serviço público é isso.

Nós, legisladores, que muitas vezes pensamos numa lei que vai beneficiar as pessoas, não percebemos que demora tanto tempo para que se execute essa lei. Algumas mais rápidas e outras não.

Há um ditado no Brasil de que algumas leis pegam e outras não. Umas colam e outras não. Mas também dizem que as virgens e as leis foram feitas

no Brasil para serem abolidas. Então, existem dois lados bastante opostos nisso.

Por que eu falo isso? Porque eu tive a honra de participar e fazer parte da Câmara de Vereadores de Joinville por dois mandatos: lá, como vereador. Eu me lembro de uma lei que fiz obrigando os hospitais públicos e privados de Joinville a terem um heliponto para pouso de helicópteros. Essa lei foi em virtude da época do Águia comandado pelo nosso sempre amigo major Coelho, que é o helicóptero da Polícia Militar.

Ele pegava muitas vezes as pessoas acidentadas ou em necessitadas de tratamento emergencial - não havia onde pousar, principalmente no São José - e pousava no estacionamento do andar superior do shopping. A ambulância ficava lá esperando para descer ao estacionamento e sair e pousava no pátio do Corpo de Bombeiros. Mas o major Coelho quase perdeu o seu brevê porque teve que, para salvar uma vida, pousar no estacionamento do hospital.

Então, essa discussão, na época, em 2001, foi muito forte em Joinville. E eu fiz um projeto de lei, que foi aprovado pelos vereadores, obrigando os hospitais públicos a fazerem um heliponto.

E hoje, em 2013, ou seja, 12 anos depois - durante esse período fui vereador por dois mandatos em Joinville -, vim para esta Casa e já estou no meu segundo mandato e essa lei está sendo cumprida no Hospital Municipal São José e amanhã irão inaugurar o heliponto do referido hospital. Pena que para cumprir a lei, deputado Padre Pedro Baldissera, tem que ter ajuda da iniciativa privada, pois quem está fazendo o heliponto lá é a Autopista Litoral Sul, concessionária da BR-101 de pedágios. Ela fez todo o investimento, inclusive para utilização noturna, e dois elevadores na parte superior do hospital. E a referida empresa, ao fazer esse empreendimento, garante que aos usuários da Autopista Litoral que sofrerem algum tipo de acidente possam ser atendidos com maior rapidez, principalmente no Hospital São José, que é referência de traumatologia na região.

Portanto, quero parabenizar a Autopista Litoral por essa visão de fazer esse tipo de

empreendimento no hospital. Gosto, em partes, disso, porque quando é feita pela iniciativa privada a coisa anda, vai para frente. Talvez a referida empresa tenha que ter feito para salvar vidas, porque desde 2001, quando a minha lei entrou em vigor, o poder público não teve capacidade de fazer. E para cumprir a lei sabem o que fizeram? Diminuíram o estacionamento do hospital para fazer ali uma pista de pouso provisória. Foi o jeitinho brasileiro para que a Autopista Litoral fizesse o grande empreendimento no hospital.

Tenho certeza de que isso vai salvar vidas. Parabéns, mais uma vez, à referida empresa pelo empreendimento. E que vergonha para o poder público, pois nem consegue fazer cumprir uma lei para fazer um heliponto no Hospital São José. Mas fico feliz, mesmo que tardiamente, que está sendo cumprida uma lei da época em que este deputado era vereador, que está fazendo jus 13 anos depois. E que seja exigido que o Hospital Dona Helena e o Hospital Regional façam o mesmo que fez a Unimed, pois era o único heliponto que havia. Agora é o São José via Autopista Litoral. E que a d. Helena e o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt possam também ter esse tipo de equipamento para poder salvar vidas.

Era o registro que gostaria de fazer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Peço a v.exa. que assuma esta Presidência e conduza os trabalhos daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Valmir Comin, nobre representante do sul do estado, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Inicialmente, sr. presidente, quero saudar o deputado Reno Caramori, o nosso prefeito da gloriosa Chapecó, de

primeira ponta, que é irmão do nosso grande amigo deputado Reno Caramori. É um prazer tê-lo em nosso Parlamento.

Sr. presidente, preciso fazer uma referência especial ao deputado Jorge Teixeira que presidiu, no dia de ontem, uma audiência pública que tratou de um assunto relacionado à Associação dos Ostomizados de Santa Catarina, perfazendo o rol de aproximadamente 2.802 ou 3 mil pessoas acometidas dessa doença. E o mais importante desse processo é o trabalho de conscientização que precisa ser desenvolvido, pois pelo que pude captar ontem aqui, e o deputado Jorge Teixeira que me corrija se eu estiver equivocado, dessas 3 mil pessoas, a metade poderia ter eliminado o problema com uma simples cirurgia.

Ou seja, 1.400 pessoas que andam com aquela bolsinha para ostomizados, que é um inconveniente, que dá uma série de transtornos, além da questão higiênica. Realmente causa uma série de problemas. Sempre digo que tudo é uma questão de vontade política. Penso que naquele momento v.exa. presidiu com muita propriedade, mesmo porque v.exa. é da área da medicina, médico, conhecedor dessa situação e já está buscando alguns encaminhamentos para que a secretaria de estado da Saúde possa fazer os procedimentos e a liberação de parte de recursos, para diminuir o sofrimento dessas pessoas.

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - Deputado Valmir Comin, quero parabenizá-lo por ter abordado esse assunto que é muito importante e que diz respeito a 2.802 pessoas no estado de Santa Catarina que sofrem, no dia a dia, por falta de políticas públicas, por não haver banheiros públicos adequados ao uso e à troca dessas bolsas. Ou seja, 1.400 pessoas, por falta de uma política de saúde adequada, de assistência adequada, não podem reverter as suas ostomias. Essas 1.400 pessoas, deputado Valmir Comin, poderiam, até o final do ano, através de uma política pública, de

uma política proativa, ter revertido as suas ostomias. As despesas com bolsas eram de R\$ 750 mil por mês, que poderiam ser transformados em R\$ 300 mil por mês.

Agradeço ao aparte e gostaria que v.exa. somasse conosco esforços para que o governo efetivamente faça também a sua parte.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Com certeza, v.exa., deputado Jorge Teixeira, que tomou a iniciativa, existe várias demandas reprimidas da sociedade. E nós, como homens públicos, precisamos estar com os ouvidos e os olhos atentos ao clamor dessas pessoas desassistidas que muitas vezes, por falta de acesso, de informação, na ignorância, acabam ficando perdidas no relento, sofrendo às vezes uma vida inteira por uma tomada de posição, por uma atitude política com sensibilidade, com sensatez, com coerência, mas, acima de tudo, com responsabilidade de poder amenizar o sofrimento dessas pessoas.

Parabenizo, mais uma vez, v.exa., e digo que pode contar com este humilde deputado nessa grande causa.

Sr. presidente, também tive a satisfação, porque ontem fui agraciado aqui com a utilidade pública da Casa Guido, em Criciúma, que trata das pessoas portadores de câncer, pediatria e oncologia. E hoje foi aprovado um projeto de nossa autoria criando o santuário da Nossa Senhora do Caravaggio, sendo incluída na rota do turismo religioso em Santa Catarina.

Vou discorrer aqui pelo menos alguns dados com relação à questão da colonização do município de Nova Veneza e suas atividades.

(Passa a ler.)

"A colonização do município de Nova Veneza, em Santa Catarina, teve início em 1891 com um grupo de famílias que se instalou em Caravaggio há 5 Km da sede do município e trazia consigo uma estampa de Nossa Senhora do Caravaggio e no coração uma grande devoção à Nossa Senhora.

Um dos primeiros frutos dessa devoção foi a construção de um oratório, onde as pessoas se

reuniam para se encontrar, rezar o terço e cantar. A devoção à Nossa Senhora propagou-se rapidamente.

Eram muitos os devotos que se dirigiam a Caravaggio. A maioria a pé e em romaria. Muitas graças foram alcançadas. E isso ocorre até os dias de hoje.

Com a criação da diocese de Tubarão em 1954, surgiu a ideia de um santuário diocesano. Caravaggio despertou interesse por ser um lugar apropriado e pela forte devoção à Nossa Senhora. O santuário tem a forma de cruz com 40m de comprimento e aproximadamente 800m² de espaço interno para abrigar as pessoas.

No dia 1º de outubro de 1967, numa festa em homenagem a Maria, foi inaugurado o Santuário Diocesano Nossa Senhora de Caravaggio.

Por isso o dia 26 de cada mês, dia em que se comemora a aparição de Nossa Senhora de Caravaggio, é celebrada no santuário a Santa Missa.

O local recebe visitantes de vários estados brasileiros, inclusive fiéis de outros países, fazendo daquela cidade um ponto turístico".

Sr. presidente, há uma situação que me chamou atenção: numa dessas incursões que se fazia nas romarias, lá pelas altas horas da madrugada, chegou num carrão e desceu até o local o cantor de renome nacional e internacional Roberto Carlos, que é devoto de Nossa Senhora do Caravaggio, que todo ano desce com discrição, sem criar caso nenhum, fugindo muitas vezes da imprensa para celebrar sua devoção e receber as bênçãos do santuário e da Nossa Senhora do Caravaggio.

Por isso o turismo religioso é muito forte em Santa Catarina, em várias regiões do nosso estado. E não é diferente nesse santuário, que além da consagração de permitir, de dar condição às pessoas de se redimirem, trazer alento para si, pedindo perdão, ele ainda, na sua potencialidade, exerce uma influência na questão econômica da cidade, do entorno, dos percursos por onde passam os romeiros, por onde passam os ônibus que vêm das mais variadas regiões do estado e até mesmo de fora de Santa Catarina e internacionalmente

falando, para buscar a benção da Nossa Senhora do Caravaggio.

Eu agradeço imensamente a este Parlamento por permitir essa condição. Também espero poder, o mais breve possível, fazer com que o governador do estado possa sancionar essa lei promovendo essa grande reivindicação que os devotos e romeiros de Nossa Senhora do Caravaggio tanto esperavam ao longo de muitos anos.

Sr. presidente, quero dizer que estamos praticamente na fase final do ano e ontem tive a oportunidade de debater o assunto, depois de 60 dias licenciado. Foi uma licença sem vencimento, para que o suplente de deputado Altair Silva pudesse exercer aqui a sua condição. Ele veio lá de Chapecó, aliás, é um rito feito pelo nosso partido, e já assumiu o oitavo suplente.

Nós teremos, no início do próximo ano, a vacância do deputado Reno Caramori, que vai disponibilizar também dois meses do seu período no Parlamento para que o ex-deputado Voltolini, que já participou desta Casa, que é do Partido Progressista, de Joinville, possa também exercer a condição do seu mandato, mesmo que interinamente, por dois meses. Mas sempre tenho dito que o suplente precisa ser valorizado, precisa ser enaltecido, precisa ser prestigiado por todas as legendas. Eu falo dentro de um aspecto suprapartidário, porque dificilmente o parlamentar consegue a legenda sozinho, e se for companheiro num momento difícil, na hora de bater o casco e puxar o carro, ele precisa ser enaltecido e valorizado num bom momento. E isso não tem preço, porque no momento em que o líder, o titular quer ele na pasta do Executivo, do Legislativo, na Câmara Federal, no Senado ou na Presidência da República, quando levanta a sua espada e dá o grito de guerra, vai olhar para trás e ver que há um monte de seguidores, porque vai se sentir prestigiado, pois foi valorizado num momento difícil.

Por esta razão espero, com muita expectativa, que na votação do Orçamento deste final de ano, de aproximadamente R\$ 20 bilhões, possamos fazer com

que as diretrizes básicas do governo possam ser implementadas de tal forma a poder potencializar cada vez mais as atividades fortalecendo a economia e o desenvolvimento social do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, mais uma vez, com muita alegria, assomo à tribuna para fazer o registro de que a Vinícola Pericó, do nosso amigo e grande empresário WandérWeege, premiou mais dois produtos com medalha de ouro. Na linha de espumante a Cave PericóChampenoiseNature, safra 2010 e a Cave Pericó Branco Brut, safra 2012.

Por isso sinto-me cada vez mais orgulhoso de ser um catarinense adotado e ver aqui os nossos catarinenses produzindo e serem premiados internacionalmente com os produtos derivados dos nossos vinhedos, principalmente os de altitude.

Hoje está acontecendo um evento, juntamente com o Sebrae, que é o Colóquio Internacional: Vinho, Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento. O colóquio está sendo organizado pela Unesco, através da Université de Bourgogne e da Université Paris I Panthéon Sorbonne; UFPR - Mestrado em Turismo - Universidade Federal do Paraná; IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; Acavitis - Associação dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude de Santa Catarina; Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Santur - Santa Catarina Turismo S/A.

Neste simpósio participou hoje pela manhã o nosso grande enólogo Jean Pierre Rosier, da Epagre, sediada em Videira, com o tema Novo Terroir do Brasil - Santa Catarina - Vinhos e Vinhedos de Altitude.

Os temas todos são de suma importância porque se trata de um simpósio internacional. E no decorrer de todos esses dias os eixos temáticos

serão Regiões Vinícolas e as Transformações Rurais e Técnicas; Valorização Turística e Patrimonialização das Práticas e Tradições Vitícolas; Enoturismo e Mercado do Vinho; Práticas do Enoturismo; Turismo e Enoturismo: Convergências e Relações e Paisagens Culturais do Vinho e Desenvolvimento Turístico.

Essa programação vai ser estender ainda para os dias 6, 7 e 8 de dezembro e o encerramento será no domingo, mas nos dias 5 e 6 a região de São Joaquim vai receber a comitiva, numa viagem conduzida pela Acavitis, Associação dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude de Santa Catarina, onde lá eles farão uma visita a alguns vinhedos.

No dia 6, sexta-feira, amanhã, eles farão uma visita a Campo Belo do Sul, na vinícola Abreu Garcia. No dia 7 farão uma visita também à região de Monte Carlo, na vinícola Casa Pisani, e em Treze Tílias farão uma visita à vinícola Kranz, uma das mais modernas de Santa Catarina e do Brasil. E no domingo farão uma visita à vinícola Villaggio Grando, em que a empresa é de Caçador, mas os vinhedos ficam no município de Água Doce.

Portanto, é um programa internacional, fazendo comparação com outros países produtores de uvas, vinhos e derivados. E essa comparação vai mostrar aos brasileiros o quanto é importante valorizarmos o produto catarinense, quer os vinhos de mesa, os vinhos mais comuns, de boa qualidade, e os vinhos de altitude que não negam a qualidade. Todas as nossas vinícolas associadas à Acavitis já premiaram os seus produtos.

E eu, conversando há poucos dias com o presidente da Acavitis, sr. Leônidas Ferraz, que encerrará o seu mandato no final do ano, devendo assumir a Acavitis o vitivinicultor e jornalista Amorim, trocamos ideias do quanto é importante esse evento que está sendo realizado em Santa Catarina pela primeira vez, que foi o trabalho da Acavitis, dos seus associados, juntamente com o Sebrae, para fazer esse comparativo com os grandes especialistas em vinhos e vinhedos e turismo da França, como vimos aqui, e de outros países que estão participando.

Por isso fazemos este registro, srs. deputados e sras. deputadas, para mais uma vez incentivar o nosso catarinense a beber o vinho de Santa Catarina, a prestigiar o que é seu. Não adianta nós comprarmos, nos supermercados, vinhos importados que não sabemos qual a sua origem, a sua classificação técnica. Mas os vinhos catarinenses nós conhecemos, porque sabemos qual o dono da vinícola, o local dos vinhedos, das suas vinícolas, conhecemos o processo de fabricação e a qualidade do nosso produto. Tanto é que todas as nossas cantinas já premiaram alguns dos seus produtos em exposições internacionais, em concursos internacionais.

Por isso faço, mais uma vez, o apelo para que visitem, nas regiões de São Joaquim, Campos Novos, Campo Belo, Caçador, os nossos vinhedos, porque é um prazer ao nosso vitivinicultor, aos nossos produtores e aos fabricantes de vinhos e derivados recebê-los para mostrar a qualidade na degustação dos nossos produtos catarinenses.

Muitas vezes eu busco até um pouquinho de bairrismo, mas é como uma constatação. Eu não venho para esta tribuna tentar iludir os catarinenses, não. Você, que é catarinense e já tomou vinhos produzidos em Santa Catarina, sabe que isso é prova da qualidade dos nossos vinhos tintos, rosés, brancos e dos espumantes que hoje são os carros-chefes de todas essas vinícolas que fabricam produtos de primeira qualidade.

Vejam que mais uma vez está aqui o nosso amigo Wandér Weege com dois produtos da sua Vinícola Pericó que foram premiados com medalha de ouro. Isso engrandece Santa Catarina e os nossos catarinenses.

Por isso faço, mais uma vez, este registro. E neste final de semana, se Deus quiser, eu vou acompanhar tudo presencialmente, visitando as vinícolas, até porque com a temperatura amena vai dar para degustar um vinho de qualidade nessas cantinas onde faremos as visitas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Reno Caramori, que, além de ser nosso decano, já é quase um enólogo.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em comemoração aos 20 anos de promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas.

Está encerrada a sessão.